

# FH propõe serviço civil obrigatório

Brasília — Josemar Gonçalves

■ Jovens dispensados pelas Forças Armadas passariam a ser agentes da cidadania

VLADIMIR NETTO E ELIANA LUCENA

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ontem ao Congresso Nacional vários projetos e emendas constitucionais para marcar o lançamento do Plano Nacional de Direitos Humanos. Uma das emendas cria o serviço civil obrigatório para formação de agentes da cidadania. A proposta prevê que o serviço civil obrigatório absorva o excesso de contingente do serviço militar. Segundo cálculos do governo, a cada ano, mais de 1 milhão de jovens são dispensados pelas Forças Armadas e poderiam trabalhar, durante seis meses, prestando serviços às comunidades carentes ou sociedades filantrópicas. Segundo a emenda, o serviço civil não poderá ser recusado. As exceções serão discutidas em lei complementar.

Ao lançar o plano, Fernando Henrique se queixou por não ter instrumentos legais para combater a violência. "Custa admitir que exista a violência e que em certos momentos nós todos ainda sejamos paralisados pela impossibilidade de contê-la", disse o presidente. Mais tarde, em reunião com a Anistia Internacional, Fernando Henrique reafirmou as suas preocupações com a falta de leis específicas sobre o assunto. Citando os mais recentes e chocantes atos de violência ocorridos no Brasil, Fernando Henrique fez um desabafo: "e o que dói não é só o fato de existir isso. É a impunidade".

Nenhum dos líderes do governo no Congresso compareceu à cerimônia, o que foi interpretado pela oposição como um sinal de que a bancada governista não apoia totalmente o plano de direitos humanos do presidente. Estavam presentes diversos ministros, entre eles o da Justiça, Nelson Jobim e o da Reforma Agrária, Raul Jungmann, magistrados e representantes de entidades de defesa dos direitos humanos e minorias.

**Indenização** — Durante a cerimônia de lançamento do plano, o presidente entregou o primeiro cheque de indenização para famílias de desaparecidos e mortos durante o regime militar. Após receber o cheque de R\$ 100 mil, d. Ermelinda Mazaffer Bronca, mãe de José Huberto Bronca, guerrilheiro desaparecido no Araguaia, manifestou o desejo de usar o dinheiro para ajudar nas buscas para recuperar os restos mortais do filho, visto pela última vez pelos companheiros no dia 25 de dezembro de 1973. "Não tenho palavras para agradecer, depois de todo esse tempo", repetia emocionada d. Ermelinda. Aos 90 anos, ela já passou por um infarto, mas nunca desistiu de procurar pelo corpo do filho.

Além do Plano e outras medidas, Fernando Henrique também enviou ontem ao Congresso Nacional o projeto de lei que prevê indenizações para as famílias das vítimas da hemodíalise em Caruaru (PE) e outra proposta de emenda à Constituição: a que transfere para a Justiça Federal o julgamento de crimes contra direitos humanos.

**Impunidade** — Para combater a impunidade, Fernando Henrique confia não só no Plano como nas outras medidas lançadas ontem, e revelou a impotência do governo federal para atuar em todo o país. "É difícil ver que, muitas vezes, há limitações legais para a ação, para a atuação. A violência se dá num nível e, noutro nível, se deseja frear com ela e não consegue", afirmou Fernando Henrique.

O Plano reúne 168 propostas para assegurar o respeito aos direitos humanos no Brasil. O plano prevê a transferência para a Justiça comum do julgamento de crimes cometidos por policiais militares, que era um projeto do deputado Hélio Bicudo, desfigurado pelo Senado na semana passada; a extinção de presídios que não se ajustem aos padrões da ONU, como o Carandiru, em São Paulo, e a implantação de cotas compensatórias para os negros em universidades e no mercado de trabalho.

Como exemplo de falta de punição em crime contra direitos humanos, Fernando Henrique citou o caso de José Ivanildo Sampaio de Souza, suspeito de tráfico que foi torturado e morto por agentes da Polícia Federal, em Fortaleza, no ano passado. Ontem, o presidente assinou um projeto de lei que concede pensão mensal aos dependentes de José Ivanildo. "Foi o único caso de meu governo. Nós mandamos punir os responsáveis, punimos", afirmou Fernando Henrique. O policial suspeito, no entanto, foi reintegrado aos quadros da polícia. Segundo o presidente, isso aconteceu porque existe uma legislação que tem que ser seguida, apesar da indignação.

"A punibilidade na sociedade democrática não pode dispensar a lei. Nós temos sim que criar condições para que haja punibilidade, mas essa punibilidade tem que passar por esse conjunto que assegura o estado de direito, por lento que seja, por indignante que seja o processo", afirmou Fernando Henrique.

Fernando Henrique disse também que as mudanças propostas no plano não serão sentidas imediatamente. "Pode não acontecer amanhã, pode não acontecer num caso isolado. Mas, no conjunto das ações, na ampliação da responsabilidade cívica, nós vamos avançando", afirmou. "O Programa de Direitos Humanos não é uma fórmula mágica que fará cessar da noite para o dia violações e injustiças, nem um artifício para melhorar a imagem do país: é um quadro de referência para ação e mobilização", disse o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, que ajudou o governo a articular o plano.



Fernando Henrique entregou cheque de R\$ 100 mil a Ermelinda Bronca, mãe de guerrilheiro morto no Araguaia